

Entidade defende hoje direito dos homossexuais na nova Constituição

29 ABR 1987

29 ABR 1987

anc p. 416

Da Sucursal do Rio

Paulo Whitaker

Os direitos dos homossexuais serão defendidos hoje e amanhã, em Brasília, nas subcomissões de Minorias, da Comissão de Ordem Social, e de Direitos e Garantias Individuais, da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, pelo representante do grupo homossexual carioca Triângulo Rosa, João Antônio Mascarenhas, 59. Ele vai propor, aos parlamentares que integram as duas subcomissões, que seja acrescentada a expressão "orientação sexual" ao primeiro parágrafo do artigo 153 da atual Constituição, que afirma: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça." De acordo com o líder do Triângulo Rosa, sexos só existem dois, mas orientações sexuais "existem várias".

"Orientação sexual é muito diferente de sexo", disse João Antônio Mascarenhas, que terá vinte minutos hoje para convencer os membros da subcomissão de Minorias do seu ponto de vista. Depois haverá mais trinta minutos de debate sobre a questão.

O líder da entidade está confiante na aprovação de sua proposta. "Já nos dirigimos a vários constituintes e temos a adesão de 29 deles à nossa proposta. Acho que agora, em Brasília, a relação das adesões vai aumentar", disse João Antônio Mascarenhas.



João Antônio Mascarenhas, do grupo homossexual carioca Triângulo Rosa

O otimismo de João Antônio Mascarenhas tem um precedente: no anteprojeto constitucional elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais houve a inclusão do termo "particularidade social" no artigo que trata das discriminações. "A expressão foi colocada para nos proteger, mas é infeliz, pois não exprime exatamente o que queremos", disse Mascarenhas.

Apoio

A proposta que será apresentada hoje por João Antônio Mascarenhas tem o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que na semana passada encaminhou aos constituintes

um anteprojeto no mesmo sentido.

O líder do Triângulo Rosa disse que o professor Cândido Mendes de Almeida, presidente da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, também está de acordo com a proposta das entidades que reúnem homossexuais no país.

Em depoimento na subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, Cândido Mendes de Almeida, segundo afirmou João Antônio Mascarenhas, também teria defendido a inclusão da expressão "orientação sexual" no texto da futura Constituição brasileira.